



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA LEOPOLDINA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO SOBRE A
PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL – LEGISLATIVO MUNICIPAL.**

Emitente: Unidade Central de Controladoria Interna

Unidade Gestora: Câmara Municipal de Santa Leopoldina

Gestor responsável: Sergio Angeli Lago (Vereador-Presidente)

Exercício: 2021

1. RELATÓRIO

1.1. DA INTRODUÇÃO

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, bem como o que dispõe o artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF, essa Unidade de Controle Interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A seguir apresentamos os pontos de controle selecionados para análise, os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, emitindo, ao final, nosso parecer conclusivo.

Itens de abordagem prioritária.

1.1. Gestão fiscal, financeira e orçamentária.

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.1.2	Despesa – realização sem prévio empenho	Processos Administrativos n.º 012/2021, 015/2021, 021/2021, 025/2021, 031/2021, 034/2021, 040/2021, 041/2021, 044/2021, 052/2021, 063/2021, 065/2021, 076/2021, 077/2021,	Lei 4.320/64, art. 60	Conferência documental.	95 (processos)	20 (processos)



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA LEOPOLDINA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

		081/2021, 096/2021, 109/2021, 122/2021, 201/2021, 210/2021.				
--	--	---	--	--	--	--

1.2. Gestão Previdenciária.

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.2.1	Registro por competência – despesas previdenciárias patronais	DEMCPA DEMCSE FOLRGPS BALVER Relatório Previdenciário RGPS	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Conferência documental	12 (meses)	12 (meses)
1.2.2	Pagamento das obrigações previdenciárias - parte patronal	DEMCPA, DEMCSE FOLRGP, BALVER, Relatório da Folha de Pagamento	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Conferência documental.	12 (meses)	12 (meses)
1.2.3	Registro por competência – multas e juros por atraso de pagamento	DEMCPA DEMCSE FOLRGP BALVER Relatório da Folha de Pagamento	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Conferência documental.	12 (meses)	12 (meses)
1.2.4	Retenção/Repasse das contribuições previdenciárias- parte servidor	DEMCSE FOLRGP BALVER Folha de Pagamento	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local	Conferência documental.	12 (meses)	12 (meses)
1.2.5	Parcelamento de débitos previdenciários	DEMCPA DEMCSE FOLRGP BALVER Folha de Pagamento Relatório de Situação Fiscal	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Conferência documental.	12 (meses)	12 (meses)
1.2.8	Medidas de Cobrança Créditos Previdenciários a Receber e Parcelamentos a Receber	DEMCPA DEMCSE FOLRGP BALVER Folha de Pagamento	LRF	Conferência documental.	12 (meses)	12 (meses)



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA LEOPOLDINA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

1.3. Gestão patrimonial.

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.3.1	Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis – registro contábil compatibilidade com inventário.	Tabelas 10,11,12,13,14,15,16,17, TERALM, TERMOV, TERIMO, TERINT Inventário Anual dos Bens BALVER	CRFB/88, art. 37, caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Conferência documental.	12 (meses)	12(meses)
1.3.2	Bens móveis, imóveis e intangíveis – Registro e controle	Inventário Anual dos Bens	Lei 4.320/1964, art. 94.	Conferência documental.	12 (meses)	12 (meses)
1.3.3	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação.	TVDISP Extratos Bancários Contabilidade Extratos Bancários Instituição Financeira	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Conferência documental.	01 (Instituição Financeira)	01 (Instituição Financeira)
1.3.4	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação	TVDISP Extratos Bancários Contabilidade Extratos Bancários Instituição Financeira	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Conferência documental.	12º mês	12º mês

1.4. Limites Constitucionais e Legais.

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.4.6	Despesas com pessoal – abrangência.	Folha de Pagamento Balancete Analítico da Despesa Orçamentária Demonstrativo da Receita Corrente Líquida Relatório de Gestão Fiscal	LC 101/2000, art. 18.	Conferência documental.	12 (meses)	12 (meses)
1.4.7	Despesas com pessoal – limite	Balancete Analítico da Despesa Orçamentária Demonstrativo da Receita Corrente Líquida Relatório de Gestão Fiscal	LC 101/2000, arts. 19 e 20.	Conferência documental.	12 (meses)	12 (meses)
1.4.8	Despesas com pessoal – descumprimento de limites – nulidade do ato	Folha de Pagamento Leis nº1735/2020, 1729/2020	LC 101/2000, art. 21.	Conferência documental.	12 (meses)	12 (meses)
1.4.10	Despesas com pessoal – limite prudencial – vedações	Folha de Pagamento Balancete Analítico da Despesa Orçamentária Demonstrativo da Receita Corrente Líquida Relatório de Gestão Fiscal	LC 101/2000, art. 22, parágrafo único.	Conferência documental.	12 (meses)	12 (meses)



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA LEOPOLDINA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

1.4.11	Despesas com pessoal – extrapolação do limite – providências / medidas de contenção	Folha de Pagamento Balancete Analítico da Despesa Orçamentária Demonstrativo da Receita Corrente Líquida Relatório de Gestão Fiscal	LC 101/2000, art. 23 c/c CRFB/88, art. 169, §§ 3º e 4º.	Conferência documental.	12 (meses)	12 (meses)
1.4.12	Despesas com pessoal – expansão de despesas existência de dotação orçamentária - autorização na LDO	Folha de Pagamento Ficha Financeira Detalhada do ano de 2021	CRFB/88, art. 169, § 1º	Conferência documental.	12 (meses)	12 (meses)
1.4.13	Poder Legislativo Municipal – despesa com folha de pagamento	Resumo Anual da Folha de Pagamento Movimento Financeiro	CRFB/88, art. 29-A, § 1º.	Conferência documental.	12 (meses)	12 (meses)
1.4.17	Despesas com pessoal – subsídio dos vereadores – fixação	Lei nº 1729/2020	CRFB/88, art. 29, inciso VI.	Conferência documental.	12 (meses)	12 (meses)
1.4.18	Despesas com pessoal – subsídio dos vereadores – pagamento	Folha de Pagamento Lei nº 1729/2020	CRFB/88, art. 29, inciso VI.	Conferência documental.	12 (meses)	12 (meses)
1.4.19	Despesas com pessoal – remuneração vereadores	Folha de Pagamento Receita do Município de 2021	CRFB/88, art. 29, inciso VII.	Conferência documental.	12 (meses)	12 (meses)
1.4.20	Poder Legislativo Municipal – despesa total	Cálculo do Duodécimo para Exercício de 2021 Balancete Analítico da Despesa Orçamentária	CRFB/88, art. 29-A.	Conferência documental.	12 (meses)	12 (meses)

1.5. Demais atos de gestão.

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Seleccionada
1.5.1	Documentos integrantes da PCA – compatibilidade com o normativo do TCE	PCA	IN regulamentadora da remessa de prestação de contas.	Conferência documental.	01 PCA	01 PCA
1.5.2	Segregação de funções.	Processos Administrativos nº 012/2021, 015/2021, 021/2021, 025/2021, 031/2021, 034/2021, 040/2021, 041/2021, 044/2021, 052/2021, 063/2021, 065/2021,	CRFB/88, art. 37	Conferência documental	95 (processos)	20 (processos)



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA LEOPOLDINA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

		076/2021, 077/2021, 081/2021, 096/2021, 109/2021, 122/2021, 201/2021, 210/2021.				
--	--	--	--	--	--	--

2. Itens de abordagem complementar.

2.3. Gestão Patrimonial.

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
2.3.6*	Processos de fornecimento de combustível, manutenções preventivas e corretivas.	Processo Administrativo nº 128/2021 (manutenção), Processo Administrativo nº 044/2021 (combustível).	Instrução Normativa STR nº 001/2014	Auditoria Interna	02 Processos	02 Processos

*Item de abordagem complementar criado após a Tabela referencial Proposta

II- Auditorias e outros procedimentos realizados

Gestão fiscal, financeira e orçamentária.

Código	Achados	Proposições / alertas	Situação
1.1.2	Não houve despesa gerada sem prévios empenhos nos processos analisados	Não houve proposições ou alertas.	Constatou-se que todas as despesas em análise foram realizadas com prévio empenho.

Gestão Previdenciária.

Código	Achados	Proposições / alertas	Situação
1.2.1	Houve registro contábil de todos os pagamentos referentes as despesas com obrigações previdenciárias, porém foi detectado ao final uma diferença entre os relatórios DEMCPA, DEMCSE com o Relatório Previdenciário RGPS em algumas competências.	Encaminhamos o OF. UCCI Nº 016/2022, em 28/03/2022, solicitando esclarecimentos acerca do fato, e se for o caso evidenciar em Nota Explicativa.	Em resposta ao OF. UCCI nº 016/2022, o Diretor Financeiro informou que as divergências foram resultantes de parametrização no sistema de Folha e Recursos Humanos, na apuração do valor patronal. O mesmo anexou um Demonstrativo Previdenciário Mensal dos Valores Retidos dos Servidores e Efetivamente Recolhidos no Exercício que por sua vez reflete a realidade exposta.
1.2.2	Houve o pagamento tempestivo das contribuições previdenciárias da entidade, referentes às alíquotas normais e suplementares.	Não houve proposições ou alertas.	Constatou-se que houve o pagamento tempestivo das obrigações.
1.2.3	Não houve pagamento de multa ou juros por essa entidade.	Não houve proposições ou alertas.	Constatou-se que não houve registro por competência das despesas orçamentárias e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) com juros e multa acerca do atraso no pagamento das obrigações previdenciárias.
1.2.4	Houve a retenção e o repasse tempestivo das contribuições	Não houve proposições ou alertas.	Constatou-se que houve a retenção e o seu respectivo repasse, e os mesmos obedeceram a



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA LEOPOLDINA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

	previdenciárias do servidor ao regime de previdência.		seus respectivos prazos.
1.2.5	Não houve parcelamento de débitos previdenciários.	Não houve proposições ou alertas.	Não há débitos em parcelamentos.
1.2.8	Não há créditos previdenciários a receber e parcelamentos a receber.	Não houve proposições ou alertas.	Não há cobrança de créditos previdenciários a receber e parcelamentos a receber.

Gestão patrimonial.

Código	Achados	Proposições / alertas	Situação
1.3.1	As demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis.	Houve um alerta quanto ao saldo da classe patrimonial de Estoques no Inventário Anual Sintético e o saldo da conta de Estoques no Balanço Patrimonial gerados dentro do Sistema CidadES, porém os relatórios disponibilizados conferem corretamente.	Constatou-se que as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis. Houve apenas um alerta quanto aos saldos dos relatórios gerados no Sistema CidadES, uma vez que os saldos no Sistema de Software se encontram corretos. Em resposta ao questionamento desta Unidade de Controle Interno, a Presidente da Comissão informou que contactou a equipe de Software e a partir do dia 25/03/2022 o saldo já se encontra com seu devido valor.
1.3.2	Os registros analíticos de bens de caráter permanente estão sendo realizados contendo informações necessárias e suficientes para sua caracterização.	Não houve proposições ou alertas.	Constatou-se que os registros analíticos de bens de caráter permanente estão sendo realizados contendo informações necessárias e suficientes para sua caracterização.
1.3.3	Todas as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	Não houve proposições ou alertas.	Constatou-se que todas as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais, feito processo de Circularização com a Instituição Financeira.
1.3.4	As disponibilidades financeiras (depósitos e as aplicações), estão evidenciadas nos extratos bancários.	Não houve proposições ou alertas.	Constatou-se que as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas correntes e aplicações financeiras, feito processo de Circularização com a Instituição Financeira.

Limites Constitucionais e Legais.

Código	Achados	Proposições / alertas	Situação
1.4.6	Todas as despesas com pessoal, mão de obra terceirizada que se refere à substituição de servidores, foram consideradas no cálculo de limite.	Não houve proposições ou alertas.	Constatou-se que os procedimentos foram realizados em observância às determinações legais.
1.4.7	Os limites com despesas com pessoal, estabelecidos nos artigos 19 e 20 LRF foram observados.	Não houve proposições ou alertas.	Constatou-se que os limites estabelecidos foram cumpridos.
1.4.8	Não foi praticado ato que provocaram aumento das despesas com pessoal sem observar as disposições contidas nos incisos I e II, do artigo 21, da LRF.	Não houve proposições ou alertas.	Constatou-se que não houve descumprimento das determinações legais.
1.4.10	Não foi detectado qualquer desrespeito ou infringência ao artigo 22, parágrafo único, da Lei Complementar 101/2000.	Não houve proposições ou alertas.	Constatou-se que o limite foi cumprido pela gestão.
1.4.11	Não foi detectado infringência ao artigo	Não houve proposições ou	Constatou-se que o limite estabelecido foi



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA LEOPOLDINA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

	20 da LRF.	alertas.	cumprido pela gestão.
1.4.12	Não foi concedido qualquer vantagem ou aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título inobservado a inexistência prévia dotação orçamentária suficiente ou autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias.	Não houve proposições ou alertas.	Constatou-se que a legislação foi cumprida pela gestão.
1.4.13	Não foi detectado infringência ao artigo 29-A, §1, da Constituição Federal	Não houve proposições ou alertas.	Constatou-se que a legislação foi cumprida pela gestão.
1.4.17	Não foi detectado infringência ao artigo 29, inciso VI, da Constituição Federal, quanto a fixação.	Não houve proposições ou alertas.	Constatou-se que a legislação foi cumprida pela gestão.
1.4.18	Não foi detectado infringência ao artigo 29, inciso VI, da Constituição Federal, quanto ao pagamento.	Não houve proposições ou alertas.	Constatou-se que a legislação foi cumprida pela gestão.
1.4.19	Não foi detectado infringência ao artigo 29, inciso VII, da Constituição Federal, quanto a despesa com remuneração dos vereadores.	Não houve proposições ou alertas.	Constatou-se que a legislação foi cumprida pela gestão.
1.4.20	Não foi detectado infringência ao artigo 29, da Constituição Federal, quanto a despesa com remuneração dos vereadores.	Não houve proposições ou alertas.	Constatou-se que a legislação foi cumprida pela gestão.

Demais atos de gestão.

Código	Achados	Proposições / alertas	Situação
1.5.1	Os documentos integrantes da PCA em compatibilidade com o normativo do TCE	Não houve proposições ou alertas.	Constatou-se que a legislação foi cumprida pela gestão.
1.5.2	Não foram constatadas infringências ao princípio da segregação de função.	Não houve proposições ou alertas.	Constatou-se que a legislação foi cumprida pela gestão.

Itens de abordagem complementar.

Demais atos de Gestão.

Código	Achados	Proposições / alertas	Situação
2.3.6*	Licenciamento anual com pagamento atrasado.	Ao verificar junto à plataforma online do Departamento Estadual de Trânsito do Espírito Santo, foram constatadas irregularidades quanto à documentação para circularização dos veículos, irregularidade essa que foi contatada ao Presidente da Câmara, que deu início ao processo de regularização dos débitos.	Todos os tributos e taxas para circulação dos veículos oficiais estão pagas dentro da competência.

*Item de abordagem complementar criado após a Tabela referencial Proposta



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA LEOPOLDINA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

III – Tomadas de Contas Especiais (TCE) e Procedimentos Administrativos instaurados na UG

Por Fim, no exercício, não foram constatadas ocorrências outras quaisquer suficientes para ensejar procedimento de Tomada de Contas Especial.

1.3. DA ANÁLISE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

Realizada análise preliminar, por parte desta Unidade Central de Controle Interno, nas demonstrações contábeis da Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal entregues, a qual resultou no Ofício UCCI nº 013/2022, solicitando esclarecimentos quanto a uma divergência entre o Inventário Anual Sintético – Bens em almoxarifado (estoques) da conta 1.1.5.6 – Almoxarifado, do Resumo Do Inventário Do Almoxarifado - Material De Consumo fornecido pela Comissão de Almoxarifado. Em resposta, a Presidente da Comissão informou que se tratou de um erro do sistema, e o mesmo foi solucionado com o auxílio dos programadores da empresa de software, e por fim, apresentou o INVALM com o saldo correto. Além dessa constatação, houve outra constatação de divergência entre os saldos do DEMCPA, DEMCSE, com o Relatório Previdenciário RGPS, e do somatório total do Relatório da Folha de Pagamento com Resumo Anual da Folha de Pagamento dos Servidores Vinculados ao Regime Geral de Previdência Social, questionado ao Diretor Financeiro e ao Chefe de Recursos Humanos, através do Ofício UCCI nº 016/2022, obtivemos a resposta que as divergências apuradas foram resultantes de parametrização no sistema de Folha e Recursos Humanos, na apuração do valor patronal. E informou que esses já foram solicitados informalmente a empresa E&L Produções de Software LTDA. Ressaltou que a apuração dos valores devidos de INSS funcional e patronal é utilizado o programa GFIP, devidamente atualizado com tabelas e alíquotas, e enviado através do Conectividade Social. Ainda ressaltou que as divergências apuradas não significam débitos previdenciários e sim configurações de sistema com alíquotas e tabelas, sendo atualmente não é utilizado sistema E&L para apuração e geração de guias previdenciárias, e sim apenas para cadastro e geração de folha de pagamento. Por fim, anexou Relatório de Contribuições Previdenciárias de Servidor e Patronal, Demonstrativo dos Valores retidos com o mesmo saldo disponível no relatório DEMCSE.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA LEOPOLDINA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

1.3.1 Análise entre o Balanço Financeiro, Balancete de Verificação e o Balanço Patrimonial em relação ao saldo do exercício atual e anterior da conta Caixa e Equivalentes de Caixa (Base Legal: artigos 85, 101, 103 e 105 da Lei 4.320/1964).

Entende-se que o saldo da conta Caixa e Equivalentes de Caixa informado no Balanço Financeiro deve ser igual ao informado no Balanço Patrimonial, e também ao “Saldo para o Exercício Seguinte”, da coluna dispêndios do Balanço Financeiro, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Tabela 1 - Caixa e equivalentes de caixa	
Exercício Atual	Valor
Balanço Patrimonial (a)	R\$ 268.420,70
Balancete de Verificação - Conta 1.1.1.0.0.00.00 (b)	R\$ 268.420,70
Balanço Financeiro - Saldo para o exercício seguinte (c)	R\$ 268.420,70
Demonstração de Fluxos de Caixa - Saldo Final (d)	R\$ 268.420,70
Divergência (e) = (a-b)	R\$ 0,00
Divergência (f) = (a-c)	R\$ 0,00
Divergência (g) = (a-d)	R\$ 0,00
Exercício Anterior	Valor
Balanço Patrimonial (h)	R\$ 398.887,04
Balancete de Verificação - Conta 1.1.1.0.0.00.00 (i)	R\$ 398.887,04
Balanço Financeiro - Saldo para o exercício seguinte (j)	R\$ 398.887,04



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA LEOPOLDINA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Demonstração de Fluxos de Caixa - Saldo Final (k)	R\$ 398.887,04
Divergência (l) = (h-i)	R\$ 0,00
Divergência (m) = (h-j)	R\$ 0,00
Divergência (n) = (h-k)	R\$ 0,00

Fonte: BALPAT E BALFIN/2021

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.

1.3.2 Confronto entre o saldo contábil dos demonstrativos contábeis e o valor dos inventários de bens (Base Legal: CRFB/88, art. 37, caput c/c Lei 4.320/1964, art. 94 a 96).

A análise dos registros patrimoniais restringiu-se à avaliação dos valores demonstrados nas contas de estoques e de bens móveis, imóveis e intangíveis.

Na tabela a seguir, demonstram-se os valores extraídos das demonstrações contábeis e dos inventários de bens realizados em 31/12/2021.

Tabela 2 - Saldo das Contas Estoques, Imobilizado e Intangíveis			
Descrição	Balanço Patrimonial (a)	Inventários (b)	Divergência (a-b)
Estoques	29.478,22	29.478,22	0,00
Bens Móveis	314.120,70	314.120,70	0,00
Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00

Fonte: BALPAT, IVALM, INVMO, TERALM, TERIMO, TERMOV E TERINT/2021

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA LEOPOLDINA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

1.3.3 Análise entre a Demonstração das Variações Patrimoniais e o Balanço Patrimonial em relação ao resultado patrimonial (Base Legal: artigos 85,101,104 e 105 da Lei 4.320/1964)

Entende-se que o resultado patrimonial apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais deve ser igual ao resultado do exercício no Patrimônio Líquido do Balanço Patrimonial, conforme demonstrado na Tabela 3.

Tabela 3 - Resultado Patrimonial	
Exercício Atual	Valor
Resultado Patrimonial do Período – DEMVAP (a)	(R\$ 92.812,37)
Resultado do Exercício - BALPAT (b)	(R\$ 92.812,37)
Divergência c = (a - b)	R\$ 0,00
Exercício Anterior	
Resultado Patrimonial do Período – DEMVAP (d)	R\$ 327.035,61
Resultado do Exercício - BALPAT (e)	R\$ 327.035,61
Divergência f = (d - e)	R\$ 0,00

Fonte: DEMVAP E BALPAT/2021

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.

1.3.4 Análise entre os totais dos saldos devedores e dos saldos credores (Base Legal: artigos 85, 86 e 88 da Lei 4.320/1964).



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA LEOPOLDINA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Entende-se que os saldos devedores devem ser iguais aos saldos credores, conforme demonstrado na tabela 4.

Tabela 4 - Comparativo dos Saldos Devedores e credores	
SalDOS Devedores (a) = I + II	R\$ 2.119.126,02
Ativo (BALPAT) – I	R\$ 515.642,16
Variações Patrimoniais Diminutivas (DEMVAP) - II	R\$ 1.603.483,86
SalDOS Credores (b) = III – IV + V	R\$ 2.119.126,02
Passivo Total = Passivo Exigível + Patrimônio Líquido (BALPAT) – III	R\$ 515.642,16
Resultado Exercício (BALPAT) – IV	(R\$ 92.812,37)
Variações Patrimoniais Aumentativas (DEMVAP) - V	R\$ 1.510.671,49
Divergência (c) = (a) - (b)	R\$ 0,00

Fonte: DEMVAP e BALPAT/2021

Pelo exposto, verifica-se observância ao método das partidas dobradas.

1.3.5 Análise entre os demonstrativos “Ativos e Passivos Financeiros” e “Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial (BALPAT)” e a conta DDR – Disponibilidade por Destinação de Recurso do Balancete de Verificação (BALVERF).

No BALPAT a diferença entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro evidenciará o superávit/déficit financeiro apurado no Balanço Patrimonial e este deve ser igual ao total apresentado na coluna “superávit/déficit financeiro” do “Demonstrativo de Superávit/Déficit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial e deve ser igual, ainda, ao saldo da conta 82111 – DDR – disponibilidade por destinação de recursos do BALVERF.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA LEOPOLDINA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Tabela 5 - Apuração Déficit/Superávit Financeiro

Balanco Patrimonial	
Ativo Financeiro (a)	R\$ 268.420,70
Passivo Financeiro (b)	R\$ 204.611,55
Superávit/Déficit (c=a-b)	R\$ 63.809,15
Superávit Financeiro apurado no Balanco Patrimonial (d)	R\$ 63.809,15
Divergência (e = c-d)	R\$ 0,00
Balancete de Verificação	
Saldo conta DDR 8.2.1.1.1.00.00.000 (f)	R\$ 63.809,15
Divergência (g=f-d)	R\$ 0,00

Fonte: BALPAT e BALVERF/2021

Pelo exposto, verifica-se observância ao método das partidas dobradas.

1.3.6 Análise entre o Balanco Financeiro e o Balanco Orçamentário em relação aos Restos a Pagar não processados (Base Legal: artigos 85, 101, 102 e 103 da Lei 4.320/1964).

O valor da inscrição de restos a pagar não processados (exercício atual) informado no Balanco Financeiro deve ser igual ao total da despesa empenhada subtraído o total da despesa liquidada informada no Balanco Orçamentário, conforme demonstrado na tabela 6.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA LEOPOLDINA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Tabela 6 - Restos a Pagar Não Processados

Balanço Financeiro (a)	R\$ 200.450,00
Balanço Orçamentário (b=c-d)	R\$ 200.450,00
Despesa Empenhada (c)	R\$ 1.839.192,00
Despesa Liquidada (d)	R\$ 1.638.742,00
Divergência (e= a-b)	R\$ 0,00

Fonte: BALFIN e BALORC/2021

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.

1.3.7 Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário em relação aos Restos a Pagar processados (Base Legal: artigos 85, 101, 102 e 103 da Lei 4.320/1964).

O valor da inscrição de restos a pagar processados (exercício atual), informada no Balanço Financeiro deve ser igual ao total da despesa liquidada subtraído o total da despesa paga informada no Balanço Orçamentário, conforme demonstrado na tabela 7.

Tabela 7 - Restos a pagar Processados

Balanço Financeiro (a)	R\$ 0,00
Balanço Orçamentário (b= c-d)	R\$ 0,00
Despesa Liquidada (c)	R\$ 1.638.742,00
Despesa Paga (d)	R\$ 1.638.742,00
Divergência (e= a-b)	R\$ 0,00

Fonte: BALFIN e BALORC/2021

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA LEOPOLDINA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

1.3.8 Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário em relação à Receita Orçamentária (Base Legal: artigos 85,101,102 e 103 da Lei 4.320/1964).

O total da receita orçamentária (exercício atual) informado no Balanço Financeiro deve ser igual ao total da receita orçamentária informado no Balanço Orçamentário, conforme demonstrado na tabela 8.

Tabela 8 - Total da Receita Orçamentária	
Balanço Financeiro (a)	R\$ 1.839.192,00
Balanço Orçamentário - Receita Realizada (V) (b)	R\$ 1.839.192,00
Divergência (c = a-b)	R\$ 0,00

Fonte: BALFIN/BALORC/2021

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.

1.3.9 Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário em relação à despesa orçamentária (Base Legal: artigos 85,101,102 e 103 da Lei 4.320/1964).

O total da despesa orçamentária (exercício atual) informado no Balanço Financeiro deve ser igual ao total da despesa orçamentária informado no Balanço Orçamentário, conforme demonstrado na tabela 9.

Tabela 9 - Total da Despesa Orçamentária	
Balanço Financeiro (a)	R\$ 1.839.192,00
Balanço Orçamentário - Despesas Empenhadas (b)	R\$ 1.839.192,00
Divergência c = a-b	R\$ 0,00

Fonte: BALFIN/BALORC/2021

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA LEOPOLDINA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

1.3.10 Análise da despesa executada em relação à dotação atualizada (Base Legal: artigos 85, 90, 91, 102 da Lei 4.320/1964).

Entende-se que o valor da despesa executada no Balanço Orçamentário deve ser menor ou igual à dotação orçamentária atualizada, conforme demonstrado na tabela 10.

Tabela 10 - Execução Despesa Orçamentária	
Despesa Empenhada (a)	R\$ 1.839.192,00
Dotação Atualizada (b)	R\$ 2.016.000,00
Execução da despesa em relação à dotação (a-b)	(R\$ 176.808,00)

Fonte: BALORC/2021

Pelo exposto, verifica-se que não houve execução orçamentária da despesa em valores superiores à dotação atualizada.

1.3.11 Análise das Contas do Ativo não circulante imobilizado

A soma das classes “Depreciação, Exaustão e Amortização Acumulada” deve ser igual ou menor que as classes a que pertencem estas contas redutoras, ou seja, bens móveis e bens imóveis do Ativo Imobilizado.

Tabela 11 - Contas do Ativo não Circulante Imobilizado (BALPAT)	
Imobilizado - BALPAT (a)	R\$ 208.225,53
SOMA: Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas (b)	R\$ 105.895,17
TOTAL A MENOR (c) = a – b	R\$ 102.330,36

Fonte: BALPAT/2021

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA LEOPOLDINA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

1.3.12 Análise do saldo patrimonial do BALPAT e o saldo da conta Restos a Pagar Não Processados a liquidar.

A soma do “saldo patrimonial” do quadro dos “ativos e passivos financeiros e permanentes” do BALPAT e o saldo da conta Restos a Pagar Não Processados a Liquidar, inscritos no exercício, deve ser igual ao saldo do Patrimônio Líquido no BALPAT.

Tabela 12 - Saldo Patrimonial e RAP não processados em relação ao Patrimônio Líquido	
Saldo Patrimonial - BALPAT (a)	R\$ 257.968,07
Conta RP não processados a liquidar (b)	R\$200.450,00
6.3.1.1.0.00.00 RP não processados a liquidar	R\$ 0,00
6.3.1.4.0.00.00	R\$ 0,00
6.3.1.7.1.00.00 RP não processados a liquidar - inscrição no exercício	R\$ 200.450,00
Patrimônio Líquido - BALPAT (c)	R\$ 458.418,07
Divergência (d) = (a+b-c)	R\$ 0,00

Fonte: BALPAT/BALVER/2021

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.

1.3.13 Análise dos restos a pagar processados e não processados liquidados em relação ao Balanço Financeiro

O valor pago de restos a pagar processados e não processados liquidados constantes do BALORC deve ser igual ao valor constante na conta de pagamentos de restos a pagar processados da coluna dispêndios do BALFIN.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA LEOPOLDINA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Tabela 13 - Restos a pagar

RAP processados e não processados liquidados - BALORC (a)	R\$ 6.393,28
Pagamento de RAP processados - BALFIN (b)	R\$ 6.393,28
Divergência (c) = (a-b)	R\$ 0,00

Fonte: BALORC/BALFIN 2021

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.

1.3.14 Comparação entre o saldo da Conta Crédito Utilizado e a Despesa Empenhada

O saldo total da conta 6.2.2.1.3.00.00 – Crédito Utilizado no BALVERF deve ser igual a Despesa Empenhada no Balanço Orçamentário.

Tabela 14 - Saldo da Conta Crédito Utilizado X Despesa Empenhada

Crédito Utilizado - 6.2.2.1.3.00.00 - BALVERF (a)	R\$ 1.839.192,00
Despesa empenhada - BALORC (b)	R\$ 1.839.192,00
Divergência (c) = (a-b)	R\$ 0,00

Fonte: BALVERF/BALORC/2021

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.

1.3.15. Análise de Natureza Orçamentária para conferência de saldos

As contas de natureza devedora deverão apresentar os mesmos saldos finais das contas de natureza credora ao consultar o BALVERF.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA LEOPOLDINA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Tabela 16 - Comparação dos saldos das contas do grupo 5 x 6 - BALVERF

Grupo 5	
Denominação	Saldo
50000 - Controle da aprovação do Planejamento e Orçamento	R\$ 200.516,75
52000 - Orçamento Aprovado	R\$ 0,00
52100 - Previsão da Receita	R\$ 0,00
52200 - Fixação da Despesa	R\$ 0,00
53000 - Inscrição de Restos a Pagar	R\$ 200.516,75
53100 - Inscrição de Restos a Pagar Não Processado	R\$ 200.450,00
53200 - Inscrição de Restos a Pagar Processado	R\$ 66,75
Grupo 6	
Denominação	Saldo
60000 - Controle da Execução Orçamentária	R\$ 200.516,75
62000 - Execução Orçamentária	R\$ 0,00
62100 - Execução da Receita	R\$ 0,00
62200 - Execução da Despesa	R\$ 0,00
63000 - Execução de Restos a Pagar	R\$ 200.516,75
63100 - Execução de Restos a Pagar Não Processado	R\$ 200.450,00
63200 - Execução de Restos a Pagar Processado	R\$ 66,75

Fonte: BALVERF/2021



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA LEOPOLDINA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.

1.3.16. Análise do Total das Variações Patrimoniais em relação ao BALVERF

As contas de natureza devedora deverão apresentar os mesmos saldos finais das contas de natureza credora ao consultar o BALVERF.

Tabela 16 - Comparação dos saldos das contas do grupo 7 x 8 - BALVERF	
Grupo 7	
Denominação	Saldo
70000 - Controles Devedores	R\$ 541.268,20
71000 - Atos Potenciais	R\$ 270.847,50
72000 - Administração Financeira	R\$ 268.420,70
72100 - Disponibilidade por Destinação	R\$ 268.420,70
72200 - Programação Financeira	R\$ 0,00
79000 - Outros controles	R\$ 2.000,00
Grupo 8	
Denominação	Saldo
80000 - Controles Devedores	R\$ 541.268,20
81000 - Execução dos Atos Potenciais	R\$ 270.847,50
82000 - Execução da Administração Financeira	R\$ 268.420,70
82100 - Execução da Disponibilidade por Destinação	R\$ 268.420,70



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA LEOPOLDINA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

82200 - Execução da Programação Financeira	R\$ 0,00
89000 - Outros controles	R\$ 2.000,00

Fonte: BALVERF/2021

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.

1.3.17. Análise de Natureza de Controle para conferência de saldos

O Valor Total das Variações Patrimoniais Aumentativas evidenciado no DEMVAP deve ser igual a soma das contas 4.1.0.0.0.00.00, 4.2.0.0.0.00.00, 4.3.0.0.0.00.00, 4.4.0.0.0.00.00, 4.5.0.0.0.00.00, 4.6.0.0.0.00.00 e 4.9.0.0.0.00.00.

O Valor Total das Variações Patrimoniais Diminutivas evidenciado no DEMVAP deve ser igual a soma das contas 3.1.

0.0.0.00.00, 3.2.0.0.0.00.00, 3.3.0.0.0.00.00, 3.4.0.0.0.00.00, 3.5.0.0.0.00.00, 3.6.0.0.0.00.00, 3.7.0.0.0.00.00 e 3.9.0.0.0.00.00.

Tabela 17 - Comparação - BALVERF x DEMVAP

DENOMINAÇÃO	BALVERF/Balanço	DEMVAP	Divergência
3000 - Variação Patrimonial diminutiva	R\$ 1.603.483,86	R\$ 1.603.483,86	R\$ 0,00
3100 - Pessoal e Encargos	R\$ 1.324.400,50	R\$ 1.324.400,50	R\$ 0,00
3110 - Remuneração a Pessoal	R\$ 1.045.012,01	R\$ 1.045.012,01	R\$ 0,00
3120 - Encargos Patronais	R\$ 191.298,56	R\$ 191.298,56	R\$ 0,00
3300 - Uso de bens, Serviços e Cons. De Cap. Fixo	R\$ 279.083,36	R\$ 279.083,36	R\$ 0,00
3310 - Uso de Material de Consumo	R\$ 81.170,09	R\$ 81.170,09	R\$ 0,00



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA LEOPOLDINA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

3320 – Serviços	R\$ 172.156,69	R\$ 1172.156,69	R\$ 0,00
3400 - Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3600 – Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de passivos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00
3900 - Outras VPD	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
4000 - Variação Patrimonial Aumentativa	R\$ 1.510.671,49	R\$ 1.510.671,49	R\$ 0,00
4200 – Contribuições	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
4400 - Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
4500 - Transferências e Delegações Recebidas	R\$ 1.510.671,49	R\$ 1.510.671,49	R\$ 0,00
4600 - Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação	R\$ 15,25	R\$ 15,25	R\$ 0,00
RESULTADO PATRIMONIAL (SUPERAVIT)	(R\$ 92.812,37)	(R\$ 92.812,37)	R\$ 0,00

Fonte: DEMVAP/ BALVERF/2021.

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.

1.3.18. Comparação das contas do BALVERF

A soma das contas Dotação Orçamentária 5.2.2.1.0.00.00 e Movimentação de Créditos Recebidos 5.2.2.2.0.00.00 deve ser igual a soma das contas Disponibilidades de Crédito 6.2.2.1.0.00.00 e Movimentação de Créditos Concedidos 6.2.2.2.0.00.00.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA LEOPOLDINA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Tabela 18 - Comparação - Contas - BALVERF

Denominação	Saldo
52210 - Dotação Orçamentária	R\$ 2.016.000,00
52220 - Movimentação de Créditos Recebidos	R\$ 0,00
Total (a)	R\$ 2.016.000,00
62210 - Disponibilidade de Crédito	R\$ 2.016.000,00
62220 - Movimentação de Créditos Concedidos	R\$ 0,00
Total (b)	R\$ 2.016.000,00
Divergência (c) = (a – b)	R\$ 0,00

Fonte: BALVERF/2021

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.

1.3.19. O valor do subtotal da coluna dotação inicial do Balanço Orçamentário deve ser igual ao saldo da conta 5221101 (Crédito Inicial).

Tabela 19 - Comparação - Contas - BALORC X BALVERF

Dotação Inicial - BALORC (a)	R\$ 2.016.000,00
5221101 - Crédito Inicial - BALVERF (b)	R\$ 2.016.000,00
Divergência (c) = (a – b)	R\$ 0,00

Fonte: BALORC/BALVERF/2021

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA LEOPOLDINA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

1.3.20. O valor do subtotal da coluna dotação atualizada do Balanço Orçamentário deve ser igual ao saldo da conta 5.2.2.1.1 (Crédito Inicial) + 5.2.2.1.2 (Dotação Adicional por tipo de crédito) - 5.2.2.1.9 (cancelamento/remanejamento de dotação).

Tabela 20 - Comparação - Contas - BALORC X BALVER	
Dotação Atual - BALORC (a)	R\$ 2.016.000,00
5.2.2.1.1 - Crédito Inicial - BALVERF (b)	R\$ 2.016.000,00
5.2.2.1.2 - Dotação Adicional por Tipo de Crédito - BALVERF (c)	R\$ 205.000,00
5.2.2.1.9 - Cancelamento/Remanejamento de Dotação (d)	R\$ 205.000,00
Divergência (e) = a - (b + c - d)	R\$ 0,00

Fonte: BALORC/BALVERF/2021

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.

1.3.21. Comparação - Contas - BALORC X BALVERF.

Tabela 21 - Comparação - Contas - BALORC X BALVERF	
SALDO DA DOTAÇÃO - BALORC (a)	R\$ 176.808,00
BALVERF	
TOTAL (b) = (c + d - e)	R\$ 2.016.000,00
5.2.2.1.1 Dotação Inicial (c)	R\$ 2.016.000,00
5.2.2.1.2 Dotação Inicial por tipo de crédito (d)	R\$ 205.000,00
5.2.2.1.9 Cancelamento/Remanejamento de Dotação (e)	R\$ 205.000,00
TOTAL (f) = (g + h + i + j + k + l + m)	R\$1.839.192,00



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA LEOPOLDINA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

6.2.2.1.3.01 Crédito empenhado a liquidar (g)	R\$ 0,00
6.2.2.1.3.02 Crédito empenhado em liquidação (h)	R\$ 0,00
6.2.2.1.3.03 Crédito empenhado liquidado a pagar (i)	R\$ 0,00
6.2.2.1.3.04 Crédito empenhado liquidado pago (j)	R\$ 1.638.742,00
6.2.2.1.3.05 Empenhos a liquidar inscritos em RP (k)	R\$ 200.450,00
6.2.2.1.3.06 Empenhos em liquidação inscritos em RP (l)	R\$ 0,00
6.2.2.1.3.07 Empenhos liquidados inscritos em RP (m)	R\$ 0,00
Divergência (n) = a - (b - f)	R\$ 0,00

Fonte: BALORC/BALVERF/2021

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.

1.4. DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA, PATRIMONIAL E FISCAL.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis e as demais peças que integram a prestação de contas anual em comento representam adequadamente a gestão orçamentária, financeira, patrimonial e fiscal, bem como a prática de atos de gestão, no exercício a que se referem, tendo-se observado a legalidade, a legitimidade, a economicidade, a efetividade e a razoabilidade na gestão dos recursos públicos, conforme demonstrado abaixo:

GESTÃO PATRIMONIAL

Gestão de Almoxarifado

O Setor de Almoxarifado da Câmara Municipal de Santa Leopoldina no ano de 2021 apresentou os respectivos saldos, saldos anteriores e suas respectivas saídas:



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA LEOPOLDINA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Material de Consumo totalizou R\$ 57.719,21 de aquisição, saldo anterior de R\$ 4.626,36, e ficou de saldo o total R\$ 12.637,21, o que totalizou R\$ 49.708,36 de saídas.

Gêneros Alimentícios totalizou R\$ 12.325,10 de aquisição, saldo anterior de R\$ 1.061,92, e ficou de saldo o total R\$ 952,51, o que totalizou R\$ 12.434,51 de saídas.

Autopeças totalizou R\$ 9.599,00 de aquisição, essa classe não tinha saldo anterior, e não ficou saldo, o que totalizou R\$ 9.599,00 de saídas.

Materiais Gráficos totalizaram R\$ 726,00 de aquisição, saldo anterior de R\$ 3.956,50, e ficou com um saldo total R\$ 4.232,50, o que totalizou R\$ 450,00 de saídas.

Material de Expediente totalizou R\$ 7.861,28 de aquisição, saldo anterior de R\$ 11.656,00, e ficou de saldo o total R\$ 11.656,00 o que totalizou R\$ 7.861,28 de saídas.

Materiais à Classificar totalizou R\$ 3.976,69 de aquisição, essa classe não tinha saldo anterior, e não ficou saldo, o que totalizou R\$ 3.976,69 de saídas.

Outros Estoques – Consolidação totalizou R\$ 6.047,00 de aquisição, essa classe não tinha saldo anterior, e não ficou saldo, o que totalizou R\$ 6.047,00 de saídas.

Essas foram as entradas e saídas do almoxarifado no período de 01/01/2021 à 31/12/2021.

Gestão Patrimonial

O Setor de Patrimônio da Câmara Municipal de Santa Leopoldina no período de 01/01/2021 à 31/12/2021 apresentou o respectivo saldo de aquisição de bens móveis no montante total de R\$ 9.422,00 (nove mil, quatrocentos e vinte e dois reais), distribuído entre as classes:

- R\$ 3.689,00 na classe de Aparelhos e Utensílios domésticos;



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA LEOPOLDINA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

- R\$ 3.858,00 na classe de Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto;
- R\$ 1.875,00 na classe de Obras de Arte e Peças para Exposição.

Em 31 de Dezembro de 2021 o Patrimônio da Câmara possuía um total de R\$ 314.120,70, distribuído em suas respectivas classes:

- R\$ 3.599,00 na classe de Aparelhos e Equipamentos de Comunicação;
- R\$ 52.938,11 na classe de Equipamentos de Processo de Dados;
- R\$ 29.043,56 na classe de Aparelhos e Utensílios Domésticos;
- R\$ 9.346,90 na classe de Maquinas e Utensílios de Escritório;
- R\$ 55.525,26 na classe Mobiliário em Geral;
- R\$ 22.392,87 na classe de Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto;
- R\$ 10.911,00 na classe de Obras de Arte e Peças para Exposição;
- R\$ 130.404,00 na classe de Veículos em geral.

O setor também apresentou o respectivo saldo de depreciação R\$ 105.895,17 que era calculado mensalmente pelo servidor responsável.

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Resultado Orçamentário:

A proposta Orçamentária aprovada por meio da Lei Orçamentária Anual nº 1735, de 10 de dezembro de 2020, fixou a despesa para a Câmara Municipal de Santa Leopoldina em R\$ 2.016.000,00 (dois milhões, e dezesseis mil reais), para atendimento ao percentual de 7% da receita tributária apurada do exercício anterior. No decorrer do exercício não houve acréscimo no valor global da despesa autorizada e a despesa empenhada no período foi de R\$ 1.839.192,00 (um milhão, oitocentos e trinta e nove mil, e cento noventa e dois reais), resultando em **economia orçamentária** no montante de **R\$ 176.808,00** (cento e setenta e seis mil, oitocentos e oito reais). As despesas da Câmara Municipal são



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA LEOPOLDINA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

custeadas pelos repasses de Duodécimo do Poder Executivo. O quadro abaixo resume de forma simplificada os resultados alcançados.

Despesa Fixada	R\$ 2.016.000,00
Despesa Executada	R\$ 1.839.192,00
Economia orçamentária	R\$ 176.808,00

Despesas realizadas

As despesas empenhadas até 31/12/2021 somam um total de R\$ 1.839.192,00 (hum milhão, oitocentos e trinta e nove mil, cento e noventa e dois reais), sendo que deste total foram liquidadas R\$ 1.638.742,00 (hum milhão, seiscentos e trinta e oito mil, setecentos e quarenta e dois reais) e pagas R\$ 1.638.742,00 (hum milhão, seiscentos e trinta e oito mil, setecentos e quarenta e dois reais).

Não houve despesa empenhada, liquidada e que não foi paga no exercício, assim não havendo nenhum valor sendo inscrito em Restos a Pagar Processados do Exercício de 2021.

As despesas empenhadas, que não foram liquidadas e que não foram pagas no exercício, somam o valor de R\$ 200.450,00 (duzentos mil, quatrocentos e cinquenta reais), inscrito em restos a pagar não processados.

Relatório de Gestão Fiscal

A apuração de limite de gasto com pessoal está resumida na tabela a seguir, representando as despesas com pessoal nos últimos 12 meses, conforme disciplina o Anexo I da Lei de Responsabilidade Fiscal, artigo 55, inciso I, alínea "a".

	(Valores em R\$)
DESPES COM PESSOAL	(Últimos 12 meses)
Despesa com pessoal para fins de apuração do limite	1.265.900,88
Receita Corrente Líquida	50.210.272,03



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA LEOPOLDINA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Limite Apurado - %	2,52%
Limite Máximo - 6%	3.059.172,10
Limite Prudencial - 5,7%	2.906.213,50
Limite de Alerta - 5,4%	2.753.254,89

Limites Constitucionais e Legais

A seguir, análise do cumprimento dos limites constitucionais e legais, conforme as sínteses abaixo:

Limites Constitucionais e Legais	Reais	Limite	Executado
Receita Corrente Líquida (RCL)	50.210.272,03		
Despesa com pessoal Poder Legislativo	1.265.900,88	máx. 6%	2,52%
Gasto total subsidio de vereadores	484.166,47	máx. 5%	0,96%
Total de Duodécimo no exercício	1.985.656,24		
Gasto com Folha de Pagamentos	1.029.631,82	máx.70%	51,85%
Receita Tributárias e Transferências Impostos	37.074.563,64		
Gasto Total do Poder Legislativo	1.839.192,00	máx. 7%	4,96%

Subsídios de Agentes Políticos	Subsidio mensal - Lei Municipal nº 1729/2020
Presidente da Câmara Municipal	4.561,87
Demais Vereadores	4.561,87

Pelo exposto, constata-se que o limite constitucional na despesa efetiva com gasto total do Poder Legislativo ficou dentro do percentual permitido por Lei.

Os limites de despesas com pessoal, subsídio de vereadores e folha de pagamento foram observados.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA LEOPOLDINA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Em suma, tratou-se de uma gestão, no todo, consciente do uso dos recursos públicos.

2. DO PARECER DO CONTROLE INTERNO

Examinamos a prestação de contas anual elaborada sob a responsabilidade do Sr. Sergio Angeli Lago, Vereador Presidente, Chefe do Poder Legislativo do Município de Santa Leopoldina-ES, relativa ao exercício de 2021.

Considerando o ingresso desse servidor em janeiro/2020 (Portaria Nº. 012/2021), cabe-nos dizer que esta Unidade Central de Controladoria Interna exerceu efetivamente sua atividade por meio de conferência de documentos e processos.

Em nossa opinião, tendo como base os objetos e pontos de controle avaliados, elencados no item 1 desta manifestação, bem como as auditorias, análises documentais e demais procedimentos realizados através das demonstrações contábeis e demais peças que integram a prestação de contas sob análise, representam adequadamente a posição orçamentária, financeira, patrimonial e de gestão fiscal, bem como, a prática de atos de gestão, no exercício a que se refere, observando-se a legalidade, legitimidade, economicidade e razoabilidade na gestão dos recursos públicos, no exercício de 2021, diante do exposto, a referida prestação de contas encontra-se regular.

Santa Leopoldina/ES, 30 de março de 2022.

RAURUZO RAULINO LAASS E SILVA

Auditor-Chefe da Unidade Central de Controle Interno